



O Tráfico de Drogas no Mundo e no Brasil

Osmar José de Barros Ribeiro*

O artigo apresenta breves informações sobre o tráfico de drogas na América e outras partes do mundo, detendo-se na apreciação do tema em relação ao Brasil.

Ao longo do tempo, desde a mais remota antiguidade, inicialmente por razões de ordem religiosa e, depois, por vício, o homem vem fazendo uso de diversas substâncias alucinógenas. Hoje, as drogas de uso mais comum são as seguintes:

Maconha: suas primeiras sementes foram trazidas da África, a bordo dos navios negreiros, e logo se aculturaram, às condições do semi-árido nordestino onde, ainda em nossos dias, são encontradas as suas maiores e mais produtivas plantações. Inicialmente, de consumo restrito às classes menos favo-

recidas, seu uso começou a tomar corpo na década de 50 e já na seguinte, no bojo da onda de protesto que varreu o mundo, foi popularizada a partir dos meios artísticos e intelectuais. Cultivares da erva já foram encontrados na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, não sendo de descartar a hipótese de que se tenham espreado por outras unidades de Federação. No Brasil, a única limitação que apresenta o seu cultivo é a de produzir apenas uma colheita anual.

Cocaína: planta nativa nos altiplanos da Colômbia, do Peru e da Bolívia; áreas nas quais a população nativa mastiga suas folhas para vencer o cansaço, a fome e a sede; seu uso como alucinógeno teve início nas pesquisas procedidas, principalmente na Europa,

* Tenente-Coronel do Exército.

“No Brasil, o uso de cocaína ainda é pequeno, se comparado com o de maconha, álcool e outras drogas, mas a tendência é aumentar.”

sobre as qualidades tonificantes que lhe eram atribuídas. De qualquer forma, sua utilização era limitada às camadas de maior poder aquisitivo, dado seu alto preço, tendo sido muito popular entre escritores, cientistas e artistas em geral, na década de 20. No pós-guerra seu uso foi sendo mais e mais difundido, ao tempo em que verdadeiras máfias surgiam e enriqueciam com o tráfico da droga em todo o mundo ocidental. Nos Estados Unidos, já na década de 90, surgiu o “crack” derivado de baixa qualidade e de preço mais acessível, cuja maior propriedade, além dos sérios danos causados à saúde dos usuários, é o fato de provocar dependência desde a primeira vez que é usada. No Brasil, na Região Amazônica, existe o epadu, uma planta nativa, também capaz, através de processamento químico, de produzir cocaína.

Heroína: estupefaciente de largo uso no Oriente, produzida em grande escala no assim chamado Triângulo Dourado além de causar dependência física, somente é acessível, dado o seu preço, ao menos até agora, a um grupo limitado. Contudo, sabe-se que mudas da papoula adaptaram-se bem às condições ambientais do México e da Colômbia, hoje pequenos exportadores de heroína e ópio.

LSD: o ácido lisérgico, cuja sintetização é relativamente fácil, (embora custosa até mesmo em laboratórios universitários, teve seu apogeu na década de 60. Hoje, embora ainda seja usado, o LSD vem perdendo terre-

no para outras drogas de mais fácil aquisição. Não obstante, quanto ao seu uso, basta nos reportarmos ao publicado em 25 de fevereiro de 1995 na imprensa carioca, dando conta da apreensão, em Salvador/BA, de 201 pedras de LSD, suficientes para o preparo de mais de 800 doses, em poder de um capoeirista e de sua namorada, a alemã Bridgitt Schimidt.

Estudo realizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), órgão da ONU e referido pelo jornal *O Globo*, edição de 13 de março de 1995, assinala, entre outros, os seguintes pontos:

- está aumentando o consumo de “crack” (a mais nociva das substâncias derivadas da cocaína no Brasil, na Nigéria, em grupos de prostituição, e entre usuários de ópio, na Holanda;

- o consumo de cocaína está se espalhando pelo mundo e atingindo todos os grupos de pessoas, sem distinção de classes sociais e etnias;

- No Brasil, o uso de cocaína ainda é pequeno, se comparado com o de maconha, álcool e outras drogas, mas a tendência é aumentar;

- no Brasil, canal para o escoamento da droga, era de se esperar que houvesse consumo mas a cocaína está sendo consumida também em países da África onde, há alguns anos, ela era desconhecida.

Existem várias substâncias que podem ser utilizadas como alucinógenos, tais como o éter, a cola de sapateiro e outras menos conhecidas. Contudo, as relacionadas anteriormente são as principais, sendo seu uso o mais difundido. Aqui, por pertinente, vale ressaltar que o combate às drogas, embora realizado em todo o mundo, nem assim vem obtendo o desejável sucesso, mercê dos elevados lucros que propicia aos criminosos.

Recente relatório da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, órgão da ONU, revela que milhares de drogados europeus trocaram a heroína pela cocaína produzida na América Latina, e que chega aos mercados europeus principalmente pelos países ibéricos e a Itália.

O citado relatório acentua o fracasso da luta mundial contra o narcotráfico, cujo crescimento é atribuído ao desrespeito às convenções internacionais, posto que, segundo ainda o documento citado, os países que toleram a distribuição da maconha atraem traficantes de outras drogas, toxicômanos e consumidores em potencial.

O documento em apreço frisa, ainda, que o consumo de heroína na Ásia vem crescendo, que a Colômbia deverá transformar-se em grande produtor de heroína e que a cocaína produzida na América do Sul vem alimentando o mercado constituído pelas nações que conformavam a ex-URSS, em especial a Rússia, a Ucrânia e a antiga Bielorrússia, hoje Belarus. Nesta região do mundo, o principal ponto de entrada da droga é o aeroporto de Praga e os portos poloneses. Assinale-se, outrossim, que o citado relatório da ONU foi publicado no dia 26 de fevereiro de 1995, sendo bastante atual.

Outros pontos destacados no Relatório em causa são a preocupação da ONU com a difusão do "crack" na Europa e a proliferação de bancos e instituições financeiras, na América Central e no Caribe, especializados na lavagem de narcodólares.

OS PAÍSES PRODUTORES NA AMÉRICA DO SUL

Na América do Sul, tratando-se de maconha, o Paraguai é o grande produtor, já que ali, diferentemente do que ocorre no Brasil,

há mais de uma colheita da erva por ano. Quanto à cocaína, o grande produtor/exportador é o Peru, seguido da Colômbia e da Bolívia. Nos dois primeiros países citados, movimentos terroristas aliam-se aos "barões da coca", auferindo elevados lucros com a segurança proporcionada aos mesmos. É desse conluio espúrio que surgiram os narcoterroristas.

Não cabe aqui especular quanto às razões que tornaram a Colômbia o maior exportador de cocaína do mundo. Importa, isso sim, ressaltar que o país vem procurando levar a cabo um ambicioso programa de erradicação de narcocultivares, com o qual tenciona tornar-se um exemplo para os demais países produtores, inclusive aqueles do Sudeste Asiático. Com base em tal programa, e contando com o auxílio financeiro dos EUA, o Governo colombiano pretende, no correr de 1995, destruir 50% das plantações de coca e de papoula para, ao fim de dois anos, não haver uma única plantação ilegal em seu território.

O *Jornal do Brasil*, em reportagem publicada no dia 5 de janeiro de 1995, salientava que a intensificação dos programas de erradicação das plantações de coca no Peru e na Bolívia haviam levado os plantadores colombianos a aumentarem as suas, posto que o governo local vinha priorizando a destruição das plantações de papoula, situação que hoje não mais é verdadeira.

Consoante dados fornecidos pela Polícia Antinarcóticos da Colômbia a região de Guavire é a principal produtora de coca do país. Ali, segundo a mesma fonte, estão 60% da área cultivada no país (23.900 hectares), correspondendo a 13% da área cultivada no mundo, com uma produção de 150 toneladas de pasta-base por ano.

O grupo guerrilheiro conhecido como Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) encontrou, na região, a melhor forma de arrecadar fundos, através de extorsão praticada contra os traficantes locais. Em virtude de tal "acordo de cavalheiros", os plantadores pagam 10 mil pesos por hectare plantado; 5 mil pesos por quilograma de pasta processada em laboratório; 20 mil pesos por quilograma de cocaína embarcado; 13 milhões de pesos por voo que parte de pistas clandestinas na selva; e 1 mil pesos por galão de insumo chegado por via fluvial.

Vale ressaltar que 20% dos insumos utilizados no processamento da coca procedem do Brasil.¹

A morte de Pablo Escobar, em 1993, quando de um confronto com as autoridades que o caçavam desde sua fuga de um presídio de alta segurança, liquidou o Cartel de Medellín. Agora, reina absoluto o Cartel de Cáli que obtém, segundo especialistas norte-americanos, lucros anuais da ordem de 7 bilhões de dólares, quase três vezes o lucro obtido pela General Motors em todo o mundo.

A queda dos preços da cocaína no mercado internacional dá bem a medida do sucesso dos narcotraficantes, malgrado os 52 bilhões de dólares gastos pelo Governo norte-americano para combatê-los. O fracasso da guerra mundial contra as drogas tem levado não poucas autoridades a defenderem estratégias alternativas, entre elas a discriminação das drogas. Recente decisão da polícia suíça de fechar o mercado de drogas ao ar livre, localizado numa estação ferroviária desativada, próxima ao centro finan-

ceiro de Zurique, vem provar a ineficiência de tal estratégia. Agora, as autoridades policiais suíças vão construir 120 celas para os traficantes e expandir os centros de tratamento dos viciados.

Na Colômbia, as plantações de coca, com quatro colheitas anuais, proporcionam estimulantes lucros aos seus donos. Este fato, por si só, explica a resistência que o governo local vem encontrando em suas ações destinadas a erradicar os cultivos ilegais que proliferam na Amazônia colombiana, alguns chegando a 40 hectares e dispondo, mesmo, de sofisticados laboratórios para o processamento da droga.

No Peru, já foram erradicados mais de 10% dos 108 mil hectares cultivados com coca. Na Bolívia, em particular na região de Santa Cruz de La Sierra, já o foram 7 mil hectares dos 49.600 que se estima estejam plantados.

Além das plantações de maconha existentes no Paraguai, o país vive ainda o problema, não menos sério, de ter sido transformado em entreposto pelos traficantes, antes da remessa da cocaína para a Europa, Estados Unidos, Argentina ou Brasil. Existem inúmeros campos de pouso clandestinos, tanto no Chaco Paraguaio, quanto em localidades próximas à fronteira argentina ou brasileira.

Na raiz do problema, tanto nos países produtores quanto nos consumidores, está a corrupção, posto que o dinheiro oriundo do tráfico compra consciências em todas as línguas e em todos os continentes. Para que bem se possa atentar para a gravidade do afirmado, basta uma consulta ao *Jornal do Brasil*, edição de sexta-feira, 10 de março de 1995,

1. 70% vêm dos EUA e da Europa, e 10% de países asiáticos.

onde, sob o título "Procurador Mexicano Ajudava Narcotráfico" vêm algumas afirmações como as que se seguem:

- "O Governo mexicano disse ter evidências ligando o ex-procurador geral Mário Ruiz Massieu a um grande cartel de drogas..."

- "... as autoridades dos EUA e do México descobriram provas indicando que Ruiz Massieu — então a maior autoridade nacional na luta contra o narcotráfico — trabalhava em conjunto com outras autoridades mexicanas ..., auxiliando as operações dos narcotraficantes de Taumalipas, no México".

SITUAÇÃO NO BRASIL

Das drogas referidas no início deste ensaio, nosso País é produtor de maconha, em princípio destinada ao consumo interno, recebendo ainda, conforme assinalado, reforço de erva oriunda do Paraguai. Quanto ao epadu, uma eventual exploração com fins comerciais, ainda não foi observada, muito embora, dadas as distâncias e as dificuldades de comunicação com a área produtora, não seja uma hipótese a ser descartada sem maiores cuidados.

No que diz respeito à maconha, o grosso da produção está centrado no Estado de Pernambuco, posto que existam plantações na Bahia, Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão. Seja qual for o Estado considerado, é difícil imaginar que a existência de plantações em escala comercial, a colheita da erva e a sua preparação para transporte, sejam fatos que fujam ao conhecimento das diferentes autoridades sediadas nos locais de plantio. Daí a concluirmos pela existência de uma vasta rede de interesses os mais diversos, envolvendo po-

líticos, policiais, e mesmo religiosos e membros do Judiciário, vai uma pequena distância. Por outro lado, igualmente digno de reparo, é o fato de que, utilizando variados meios de transporte, no mais das vezes rodoviário, com a utilização de caminhões pesados, inclusive frigoríficos, essa carga irregular trafegue ao longo de milhares de quilômetros de estradas municipais, estaduais e federais, quer venha do Nordeste quer do Paraguai, sem ser interceptada e termine por ser descarregada, sem maiores atropelos, nos pontos de destino.

Já quanto à cocaína, embora sem pretender esgotar o assunto, devem ser consideradas algumas situações que fazem, do seu tráfico, um problema diferente daquele tratado anteriormente com respeito à maconha. Ainda que os narcotraficantes não se subordinem, por razões óbvias, a procedimentos-padrão, é possível e mesmo necessário, para enfrentá-los, partir de algumas premissas as quais, embora mutáveis, podem servir como ponto de partida nas ações antidroga.

Tais premissas são, grosso modo, as seguintes:

- a cocaína procedente da Colômbia destina-se, em princípio, à exportação e faz, do Brasil, um corredor de passagem, tal qual acontece com o Chile e com a Argentina, principalmente;

- a "exportação", chamêmo-la assim, dá-se através dos nossos portos e aeroportos, quer como carga quer transportada por "mulas";

- tudo leva a crer que a cocaína produzida no Peru é, em sua maior parte, "exportada" diretamente, via Oceano Pacífico, para a costa oeste dos EUA, embora não seja de descartar a possibilidade de que parcela da produção, adquirida por traficantes colom-

bianos, venha a ser escoada por outros países, entre os quais o Brasil;

- a cocaína consumida no País procede normalmente da Bolívia, sendo o Paraguai, em muitos casos, usado como depósito temporário de grandes partidas de droga;

- o consumo de cocaína no Brasil, até o momento, não interessa aos grandes produtores e, desta forma, é alimentado por narcotraficantes, notadamente bolivianos e paraguaios, que conformam pequenos mas atuantes cartéis, sempre em estreito contato com seus correspondentes nacionais, em princípio residentes na região de fronteira ou no interior de Estados em franco desenvolvimento e onde surge uma emergente classe de abastados comerciantes, fazendeiros e industriais.

O problema é assaz complexo, dado o vulto do numerário envolvido e, ao final, cada caso é um caso. Os grupos de narcotraficantes diversificam ao máximo a sua forma de atuação e mostram-se, sem dúvida, muito engenhosos nos seus esforços para burlar as autoridades policiais, de resto dependentes, em alto grau, do auxílio que recebem — tanto em material quanto em conhecimentos — de organizações estrangeiras. Quanto aos grupos colombianos voltados para o “comércio exterior”, não restam dúvidas quanto a terem decidido fazer, da Região Norte, a sua base de operações para o envio da droga com destino aos EUA e à Europa, utilizando ou não países africanos como posições de espera antes do destino final do carregamento. As razões de tal procedimento são muitas. Dentre elas: a proximidade das zonas de produção da droga, facilitando o seu transporte; a baixa densidade demográfica da região, propiciando a manutenção do sigilo; a inexistência de controle governamental, real-

mente efetivo, sobre a área; o aproveitamento da rede fluvial para o transporte da droga; a existência de campos de pouso disseminados na área e operáveis por aeronaves de pequeno porte; e a corrupção.

Assim sendo, não é nenhum absurdo afirmar que, com o auxílio de não poucos brasileiros, o Cartel de Cáli logrou montar, em nosso País, uma estrutura empresarial clandestina, capaz de fazer inveja a grupos voltados para negócios legais. Ainda que Belém/PA seja o porto de escoamento natural para as drogas, outras áreas tais como Fortaleza/CE, São Luís/MA, Vitória/ES, Santos/SP, Paranaguá/PR e Rio de Janeiro/RJ, pelas facilidades que oferecem, também não deixam de ser utilizadas.

Dois exemplos da atuação do Cartel de Cáli em território brasileiro, são bem ilustrativos. O primeiro, ocorrido em 1993, no mês de maio, quando a Polícia Federal apreendeu mais de 1 tonelada de cocaína em Manaus/AM e em uma fazenda no município de Cachoeira do Arari, na Ilha de Marajó/PA. Em Manaus, a droga estava oculta na parede falsa de um navio que a levaria para Belém/PA, de onde seria enviada para o exterior e, na fazenda mencionada, por certo, estaria aguardando ocasião para ser embarcada. O mesmo grupo de traficantes, agindo em Belo Horizonte/MG, “exportava” cocaína para os EUA, com destino a uma firma inexistente, no interior de transformadores elétricos. O outro exemplo, esse mais recente, ocorrido em 1994, diz respeito à apreensão de quase 1 tonelada da droga, que seria exportada através do porto de Santos/SP como se fora uma carga de fumo em folhas. O responsável era o brasileiro Antônio Mota Graça, vulgo “Curica”, que da Colômbia di-

rige o transporte de boa parte da droga que passa pelo Brasil em direção ao exterior. Esse traficante, que em 1991 protagonizou uma rocambolesca fuga da Casa de Detenção, em São Paulo/SP, possui um patrimônio de milhões de reais. Algumas de suas empresas são as seguintes: Solimar Navegação e Comercial Agropecuária Importação e Exportação Ltda, ambas com sede em Manaus/AM; Posto Apuí, em Ariquemes/RO; Unigás, empresa de distribuição de gás de cozinha, em Boa Vista/RR; Comercial Massari de Tabacos e Alimentos, em Imperatriz/MA; STAREX Importação, Exportação e Comércio Ltda, em São Paulo/SP. Em sociedade com Nasrat Mohamad Jamil Rassoul, comerciante preso por tráfico, "Curica" possuía a In & Out Comercial Importação e Exportação Ltda, também em São Paulo/SP. Ambos sofreram um grande golpe quando da apreensão, no Estado de Tocantins, de pouco mais de 7 toneladas de cocaína destinadas ao exterior.

Existe ainda, o que se poderia chamar de "grupos independentes", que comercializam a droga sem estarem ligados a este ou aquele cartel. É, por exemplo, a "conexão Nigeriana", surgida em 1992 (quando a VARIG iniciou a linha Rio de Janeiro-Lagos para levar cocaína à Nigéria e dali à Europa. A prisão, pela Polícia Federal, de vários nigerianos e ganeses, embora venha dificultando o tráfico, não o impede, é claro, pois os artifícios usados pelos traficantes são os mais variados: transporte da droga no interior de aparelhos eletrodomésticos, de peças de automóveis, em bobinas de fio de cobre, no interior do próprio corpo ou misturada a produtos comestíveis. Tão logo um método é inviabilizado, os traficantes tratam de imaginar um outro, num processo interminável.

Esta é a vertente do tráfico de drogas que faz do País um dos "corredores de exportação" para a cocaína produzida, principalmente, pela Colômbia. Este é também, sem entrarmos no mérito da questão, o motivo pelo qual a Polícia Federal, levada a socorrer-se do auxílio de congêneres estrangeiras no combate ao narcotráfico, termina por subordinar os interesses nacionais aos externos, não coibindo, com o rigor necessário, a outra vertente do tráfico, aquela voltada para um crescente mercado interno. Tal mercado, do qual a expressão mais evidente são as "bocas-de-fumo", embora não tenha o vulto do anteriormente tratado, proporciona bons lucros aos seus praticantes e eles podem ser encontrados, sem grande esforço, entre comerciantes, fazendeiros e industriais, de médio e pequeno porte, residentes nas cidades do interior de Estados em franco crescimento tais como Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, São Paulo e Paraná, embora existam também nas demais unidades da Federação. São pessoas de poucos escrúpulos e que desejam enriquecer a qualquer preço, ainda que à custa da desgraça alheia. Tais elementos, seduzidos pela possibilidade do ganho de dinheiro fácil, compram a droga na Bolívia ou no Paraguai para revendê-la nos mercados consumidores e conformam, embora com pouca ou mesmo nenhuma ligação entre os grupos dedicados a tão criminoso comércio, aquilo que convencionou-se chamar de "Conexão Caipira."

A "CONEXÃO CAIPIRA"

Não se pode ter a pretensão de traçar as rotas pelas quais escoam o tráfico de drogas,

haja vista que elas dependem dos objetivos buscados pelos narcotraficantes, das facilidades disponíveis, do destino final da droga e de uma série de outros fatores, não sendo o menos importante a necessidade de alterá-las com certa frequência para iludir a repressão.

O Brasil é um país muito grande, com um litoral extenso e fronteiras terrestres facilmente permeáveis, além de malprotegidas. Internamente, aos rios francamente navegáveis, soma-se uma extensa, ainda que malculhada, além de pessimamente policiada, malha rodoviária e a existência de inúmeros campos-de-pouso clandestinos, semeados por fazendas tanto mais extensas quanto menor a ocupação das áreas, tudo facilitando a entrada dos mais diversos tipos de droga, o contrabando, etc. Por seu turno, portos e aeroportos têm uma intensa movimentação, enquanto a ação fiscalizatória é feita através de amostragem e, muitas vezes, de forma superficial e desinteressada, apenas para cumprir as formalidades legais.

Além do mais, não deve ser esquecido que o brasileiro, principalmente o morador das regiões fronteiriças, tem uma larga tradição de envolvimento com o contrabando, seja ele de ouro, gado, café, pedras preciosas ou cassiterita. Alguns exemplos relativamente recentes, extraídos da imprensa carioca, dão bem a medida do que seja a "Conexão Caipira", responsável pelo "abastecimento interno":

- 29 de novembro de 1994: a Polícia Federal apreende, em São José dos Campos/SP, 120 kg de pasta de coca capaz de serem transformados em 500 kg da droga. A quadrilha movimentava 100 kg de cocaína por semana, parte dos quais destinados ao Rio de Janeiro/RJ;

- 14 dezembro de 1994: a Polícia Federal apreende, no Rio de Janeiro/RJ, 8 kg de

cocaína e desbarata uma quadrilha que, além de enviar a droga para a Itália, por via aérea, era fornecedora, talvez a principal, de um traficante do Morro do Dendê, na Ilha do Governador;

- 23 de dezembro de 1994: é preso pela Polícia Federal, no Rio de Janeiro/RJ, o traficante paulista Jorge Sakamoto, principal fornecedor de cocaína para o Morro do Alemão, no subúrbio carioca;

- 7 de janeiro de 1995: no curso da Operação Rio, em uma operação liderada pelo Corpo de Fuzileiros Navais, na área das favelas vizinhas ao Centro de Reparos e Suprimentos daquela corporação, foram apreendidos 286 kg de maconha, 87 kg de cocaína e farta munição de diferentes calibres.

Em 19 de fevereiro, o *Jornal do Brasil* publicou, de forma bastante resumida, uma tese de doutorado desenvolvida pelo médico sanitário Francisco Inácio Bastos com o auxílio do geógrafo Christovam Barcellos, buscando provar que as rotas do tráfico da "Conexão Caipira" passam por um grupo de cidades onde a incidência de AIDS entre os usuários de drogas é a maior do País. Na tese em questão, os autores defendem a assertiva de que passagens obrigatórias para os narcotraficantes, como Campinas e Ribeirão Preto, o são por serem servidas por excelente malha viária, além de possuírem pujantes redes comercial e bancária, facilitando a lavagem do dinheiro, além de serem um mercado consumidor em franca expansão. A primeira das rotas, que começa em Puerto Suárez, um pequeno e paupérrimo vilarejo boliviano, passa por Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul; Andradina, Araçatuba, Araraquara, Barreto, São José do Rio Preto, São Carlos, Campinas, Americana, São Paulo, São José dos Campos, Taubaté

e Guaratinguetá, em São Paulo; Barra Mansa, Volta Redonda e Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro e prolonga-se até Vitória, no Espírito Santo. A segunda rota, tendo início na cidade paraguaia de Pedro Juan Cabellero, passa por Ponta Porã e Dourados no Mato Grosso do Sul; Presidente Wenceslau, Presidente Prudente, Assis, Marília, Bauru, Ourinhos, Botucatu, Sorocaba, São Paulo, Santos e São Sebastião, em São Paulo; Angra dos Reis e Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro e estende-se até Vitória no Espírito Santo.

Claro está que os autores preocuparam-se com o problema da incidência da AIDS e deixaram de lado outras rotas, quais sejam as que partem do Acre e especialmente de Rondônia e, a cavaleiro da estrada que corta longitudinalmente o Estado, atinge Cuiabá, no Mato do Grosso e Brasília, de onde se espraia para Minas Gerais e Estados do Nordeste. Tão pouco, ao menos no já referido jornal, citaram Foz do Iguaçu, no Paraná, de onde a cocaína é levada não só para São Paulo e Rio de Janeiro mas, também, para os Estados do sul do País.

O jornal *O Globo* em sua edição de 23 de novembro de 1994, apresentou um resumo do que seria um Relatório da Federação Nacional dos Policiais Federais, no qual Cáceres e Corumbá, no Mato Grosso eram apontadas, a primeira como ponto de entrada da cocaína que abastece 20% das grandes cidades brasileiras e a segunda como entrada de cocaína e de maconha. Da mesma forma, Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul e Foz do Iguaçu, no Paraná.

O mesmo jornal, em 25 de novembro de 1994, referindo-se ao que seria um documento confidencial da Polícia Federal, citava 20 pontos de passagem de drogas e/ou armas, a saber:

- Imperatriz/MA: grande centro produtor de maconha;
- Juazeiro/PE: maior centro produtor de maconha do Nordeste;
- Marabá/PA: rota de passagem de drogas; ponto de contrabando de ouro e minério;
- Santarém/PA: centro de venda de drogas e ouro;
- Bonfim/AP: passagem de contrabando de minério e de entrada de droga;
- Marco BV-8: "zona franca" de drogas e de armas;
- Tabatinga/AM: ponto de entrada/saída de armas e drogas;
- Estado do Acre: a Polícia Federal estima a existência de 300 aeroportos clandestinos;
- Guajará-Mirim: ponto de entrada de cocaína e de contrabando de cassiterita e de ouro;
- Corumbá/MT: entrada de cocaína e de maconha;
- Cáceres/MT: entrada de cocaína;
- Barra do Garça/MT: passagem de cocaína e ponto de contrabando de ouro;
- Ponta Porã/MS: entrada de maconha e cocaína;
- Dourados/MS: passagem e distribuição de maconha e de armas;
- Navirai/MS: passagem e distribuição de maconha e de armas;
- Três Lagoas/MS: passagem e distribuição de maconha e de armas;
- Foz do Iguaçu/PR: entrada de cocaína e de armas;
- Guaíra/PR: tráfico de drogas e contrabando de armas;
- Paranaguá/PR: centro distribuidor de cocaína;
- Santos/SP: saída de drogas e entrada de contrabando.

Tais são, em consequência, as principais vias de acesso utilizadas pela "Conexão Cai-pira" para introduzir a droga no País. O percurso, ora é feito com o emprego de aeronaves de pequeno porte, ora a bordo de caminhões transportando toras de madeira, soja, etc., outras vezes em carros de passeio devidamente preparados para o transporte da droga. De qualquer sorte, seja qual for o meio empregado, os narcotraficantes contam, em primeiro lugar, com o planejamento cuidadoso e, em segundo plano, com a ineficiência da fiscalização.

UM CASO ESPECIAL — O RIO DE JANEIRO/RJ

O Rio de Janeiro não produz cocaína e a pouca maconha aqui cultivada, em pequenas quantidades, não é suficiente para atender à demanda. Assim, toda droga ali chegada provém de outros pontos do País.

Salvo o acesso por mar ou por ar, restam as rodovias, de resto o processo mais simples e barato para alcançar o município: a Rio-Santos (BR-101) e sua saída em direção a Niterói, a Ponte General Costa e Silva; a rodovia Presidente Dutra, vinda do vale do Rio Paraíba e a rodovia Washington Luiz, vinda de Minas Gerais. Tais acessos, em caso de necessidade, podem ser barrados entre Coroa Grande e Itaguaí e em uma das cabeceiras da Ponte General Costa e Silva (BR-101); na região de Viúva Graça (anulando a transversal que liga a Rv. Presidente Dutra à BR-101) e em Japeri, de forma a inviabilizar a ligação da rodovia Washington Luiz com a rodovia Presidente Dutra, através da variante que vem de Três Rios. Finalmente, a rodovia Washington Luiz pode ser fechada na re-

gião de Campos Elíseos, vedando um eventual desbordamento por Magé.

“O Rio de Janeiro não produz cocaína e a pouca maconha aqui cultivada, em pequenas quantidades, não é suficiente para atender à demanda. Assim, toda a droga ali chegada provém de outros pontos do País.”

As principais vias de acesso ao Município são a Rio-Santos, a Presidente Dutra e a Washington Luiz, visto que a ponte é mais uma saída para a região dos Lagos, norte do Estado e Vitória/ES. De resto, é sabido que antes de chegar às favelas onde são vendidas as drogas, após cumprirem um roteiro sinuoso que começa nas fronteiras com a Bolívia e com Paraguai, são transferidas dos caminhões e carretas que as transportam para sítios e fazendas de onde são levadas, em veículos menores, aos pontos nos quais é feito o transbordo para as viaturas dos traficantes dos morros cariocas. Os locais onde normalmente são feitas tais operações são a região de Seropédica, nas proximidades da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; no mirante do Belvedere, na Rio-Petrópolis ou nas proximidades de Itaguaí, na Rio-Santos.

O grande problema das autoridades estaduais reside no total desentrosamento entre a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado, de resto entravadas em suas ações, desde o primeiro período governamental de Leonel de Moura Brizola, por uma política que nem levava a saúde, o ensino e o saneamento básico aos morros nem permitia que a autoridade ali se fizesse presente. A situação ora vivida,

em particular no município do Rio de Janeiro, deriva de tal orientação, agravada por um estado de corrupção quase total dos organismos policiais muitas vezes, eles mesmos, extorquindo traficantes, seqüestradores e assaltantes de bancos, quando não, fazendo parte das quadrilhas. Esse o grande e quase intransponível entrave que o atual governo do Estado vem enfrentando, tudo agravado por uma legislação sobre o serviço policial que incentiva o emprego dos homens em serviços de segurança particular, com evidentes prejuízos para a coisa pública. Mas isso, é uma outra história...

UM EXEMPLO DO PERIGO — RONDÔNIA

O Delegado Vicente Chelotti, novo Diretor do DPF em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* e publicada na edição de 1º de março de 1995, faz afirmações que merecem ser consideradas não só pelas autoridades mas também por todo e qualquer brasileiro preocupado com o futuro da Pátria comum:

• "... não é o político que se envolve com o narcotráfico, não é o Congresso. É gente que fez dinheiro e teve a infeliz idéia de entrar na política. Quem se envolve com o narcotráfico cria um patrimônio bem sólido, daí não tem mais nada o que fazer na vida e resolve ser político".

• "A polícia tem que investigar o patrimônio das pessoas, chegar ao enriquecimento ilícito. Não tenho notícia de alguém, nesses últimos dez anos, que tenha sido indicado ou processado por enriquecimento ilícito. A origem pode ser a droga."

• "Para alguém internar sete toneladas de cocaína, tem que ser uma organização

muito forte, muito grande. Tem que saber quem é o responsável. Ai tem que começar a investigação da Polícia Federal. A apreensão é o meio, não o fim."

O mesmo *Jornal do Brasil*, em 19 de fevereiro de 1995, publicou uma reportagem sob o título "Pô fez fortuna da elite no estado", referindo-se à Rondônia. Desta reportagem, por extremamente esclarecedora e não contestada por ninguém até hoje, é válido que sejam retirados alguns tópicos muito ilustrativos:

• "Tráfico, política e atividades empresariais formam um tripé de influência em Rondônia. O exemplo mais recente dessa mistura foi descoberto há poucos meses em Cacoal... onde a Polícia Federal desbaratou nova quadrilha formada por 35 pessoas, algumas da elite."

• "A investigação começou com a prisão do traficante Claudeci Martiniano da Silva, com 94 quilos de cocaína em São Paulo, em maio de 94. No final do ano a Polícia Federal já tinha provas suficientes contra o vice-prefeito de Mário Andreazza — novo município que pertencia a Cacoal, Moacir Soares, dono de uma fazenda onde foi descoberto um laboratório para o refino de cocaína; o fazendeiro e empresário Josué Moreira Bernal; o distribuidor da cerveja Skol na região, Setembrino Stocco; o representante da Fiat, Janduy Braga de Carvalho; o piloto Paulo Neri Azevedo e uma equipe inteira da 8ª Delegacia de Cacoal — o delegado Fernando Valdeir Pacini e seis investigadores."

E mais: "Em Porto Velho e nos municípios que fazem fronteira com a Bolívia, grande parte das fortunas está associada aos 'cocadólares'. As quadrilhas investem pesado para se infiltrar nas estruturas do poder. Nas Câmaras de Vereadores, Assembléia

Legislativa e até na bancada federal, o tráfico integra o tripé dos setores que normalmente são responsáveis pelos custos de campanhas eleitorais."

UMA PROPOSTA DE SOLUÇÃO

É extremamente temerário apontar-se soluções as quais, na sua totalidade, fogem à esfera de ação do proponente. Afinal, do alto, tem-se uma visão muito melhor da planície. Não obstante, há coisas que saltam aos olhos de todo aquele que venha a interessar-se pelo problema, esteja ele no plano em que estiver.

Um primeiro aspecto diz respeito ao campo da economia e fará, por certo, tremer os economistas ortodoxos. Trata-se, inicialmente, de responder algumas indagações bem simples: interessa aos países do mundo livrar-se dos malefícios da droga? A que preço? Se a resposta ao primeiro quesito for positiva e aceite que o preço seja dividido entre os interessados na medida das possibilidades de cada um, basta incentivar a substituição do plantio da coca pelo de outras espécies, embora certamente de menor valor, pagando ao produtor até mesmo preços acima da cotação interna do bem produzido. Esta solução, embora dispendiosa e não constante dos manuais da economia, aliada a uma severa repressão ao cultivo ilegal, possibilitaria a erradicação, sem maiores resistências por parte dos plantadores, dos cultivares de coca, visto que aqueles não sofreriam redução acentuada em seus ganhos.

A outra solução, passa pela vontade política dos governos interessados na solução do problema, posto abanger medidas de caráter amplo, tais como:

- controle da produção, exportação e importação dos insumos utilizados no

processamento da coca. Entre tais controles podem ser citados o rigoroso cadastramento dos fabricantes; a constante verificação da produção e da sua venda, através inspeções inopinadas; a fiscalização do tráfego dos veículos transportadores e a conferência da sua carga em Postos de Controle Móveis;

- unificação da legislação processual das nações interessadas naquilo que respeita ao narcotráfico, posto tratar-se de um crime transnacional;

- criação de um Banco Internacional de Dados, alimentado por conhecimentos obtidos nos diferentes países, não só referentes aos traficantes mas também aos seus métodos e processos de atuação.

No Brasil, outras medidas poderiam ser tomadas, como as duas seguintes:

- criação de um Órgão Central, em princípio de direção colegiada, encarregado de supervisionar, coordenar e controlar as ações antidroga e dotado de plenos poderes para, ao ligar-se às autoridades de diferentes níveis, delas receber o máximo de apoio e cooperação;

- desde já, instituir um embrião do órgão anteriormente referido, abrangendo as Forças Armadas, o Ministério Público, a Polícia Federal, as Polícias Estaduais, a Receita Federal e o próprio Banco Central.

Essa proposta considera ser por demais evidente que o comando do tráfico de drogas não está nos morros. Nestes, o que se encontra são marginais de pequeno calibre, cuja força está na razão direta da violência com que buscam impor-se em uma determinada área. Alguns deles, é óbvio, são mais inteligentes e têm uma duração maior na vida criminosa mas, ao fim e ao cabo, todos terminam presos ou mortos em disputas internas ou pela própria polícia.

Assim, sem medo de errar, pode ser afirmado que atuam, no Brasil, grupos ligados aos grandes cartéis internacionais da droga e outros, menores mas numerosos, que conformam a "Conexão Caipira". Aqueles, responsáveis pelo narcotráfico internacional e estes, em princípio, pela droga consumida no interior das nossas fronteiras.

A grande e cristalina verdade está em que o narcotráfico, executado com vistas ao mercado externo ou ao interno, dá aos grupos criminosos acesso a dinheiro fácil e em uma escala difícil de ser imaginada. Esse dinheiro permite a compra de influência e de proteção em praticamente todos os níveis de governo, não só no nosso País mas em todo o mundo. No que respeita aos grupos nacionais, os indícios apontam para o Estado de São Paulo como sendo a sua base, posto que, em praticamente todas as grandes apreensões de droga feitas no Brasil ultimamente, os narcotraficantes possuíam empresas, geralmente voltadas para importação-exportação, ali instaladas.

Para que se tenha uma idéia, ainda que pálida, da necessidade de serem controlados os mecanismos de entrada e de saída de numerário do País, nada melhor que trechos de uma nota publicada no jornal *O Globo*, em sua edição de 14 de dezembro de 1994: "*Levantamento feito pela Comissão Especial de Investigação da Administração Pública (CEI) conclui que, de 1989 a 1993, a remessa ilegal de divisas para o exterior foi de US\$ 20 bilhões. Segundo o ex-ministro da Administração Federal (SAF) e ex-presidente da CEI, Romildo Canhim, a maior parte desses recursos foi obtida através de corrupção, narcotráfico, sonegação fiscal, jogo do bicho e sobras de campanhas políticas. O dinheiro é enviado para paraísos*

fiscais, onde é legalizado. No mesmo período, entraram no País, através do Banco Central, US\$ 82 milhões. ... O estudo da CEI foi realizado com o auxílio do próprio Banco Central e da Plúcia Federal."

CONCLUSÃO

O consumo de drogas está aumentando no mundo e preocupando não só a ONU e os dirigentes da quase totalidade dos países, em todos os continentes, mas também cada cidadão. Em muitas nações, em especial na Europa, dirigentes buscaram, mediante algumas medidas de controle sanitário, tornar menos grave o problema pela liberação do uso da maconha, da cocaína e mesmo da heroína. Os resultados, ao que se sabe, não foram os esperados, posto que, segundo a própria ONU, através da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, os países que toleram, por exemplo, a distribuição de maconha, terminam por atrair traficantes de outras drogas, toxicômanos e consumidores em potencial.

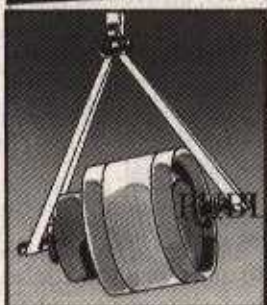
Na América do Sul, os países produtores são a Colômbia, o Peru e a Bolívia, sendo que o primeiro deles já começa a despontar como produtor/exportador de heroína. Programas os mais diversos vêm sendo tentados para erradicar as plantações de coca e coibir a sua destilação, com pífios resultados até agora, tudo apontando para a busca de soluções mais criativas.

O Brasil, embora ainda considerado um "corredor de exportação" representa mercado promissor para o tráfico de drogas, notadamente nos grandes centros urbanos e nas florescentes cidades do interior.

Porém, no nosso caso, mais que a falta de recursos materiais e humanos dos órgãos policiais, sejam eles estaduais ou federais, mais que a remuneração dos seus integrantes, julgada insuficiente, é a falta de exatidão de não poucas autoridades, policiais ou não, no combate ao tráfico de drogas; é a sede de poder, que leva os partidos políticos a abrigarem em seus quadros elementos desclassificados e, com tal atitude, envenenarem a própria representação política como um todo;

é o baixo nível cultural e educacional do povo, aliado ao materialismo de uma elite econômica descompromissada com os verdadeiros Objetivos Nacionais. Corrigir tais falhas é tarefa de gerações e gerações, tanto no Brasil quanto no restante do mundo. Assim, cumpre haver o máximo rigor na aplicação da Lei que deverá, para tornar-se efetiva, ser implementada, de forma semelhante, em todos os países. □

A SOLUÇÃO PARA QUEM PEGA NO PESADO "CORREIAS HUZIMET"



As correias Huzi oferecem resistência, durabilidade e segurança no transporte e movimentação de carga que são feitas com a mais alta tecnologia. Em nylon ou poliéster, com formato antideslizante, mantêm a carga sempre firme e segura. Huzi Sling e Huzi Estropo. A solução definitiva para quem pega no pesado.



HUZIMET AÇOS ESPECIAIS LTDA.

Rua Alvaro Gomes, 127 - Alto do Mandaqui - CEP 02421 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 298-7022 PABX - Telex - 11 - 21016 - HUZIMET BR